

PROPOSTAS PARA UMA POLÍTICA DE SUPERAÇÃO DE DESIGUALDADES NO ENSINO SUPERIOR

Alexandre do Nascimentoⁱ

No Brasil não é mais possível esconder que o racismo está intimamente relacionado com as péssimas condições de vida da população negra, das mulheres, dos homossexuais etc. Dados da realidade social demonstram essas desigualdades.

A desvantagem enfrentada por esses grupos sociais é um dos graves problemas da realidade social brasileira. Um problema que merece tratamento específico. Alguns setores da sociedade e do governo argumentam que a adoção de políticas públicas que se baseiam em critérios raciais, regionais ou de gênero são inconstitucionais, pois estabelecem diferenças que contrariam o princípio constitucional de que **todos são iguais perante a lei**. Entretanto, é a própria constituição, em seu Artigo 23, que abre a possibilidade de adoção de políticas públicas para grupos específicos, estabelecendo que é de competência dos poderes públicos combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos. Se os racismos são causas da baixa mobilidade social de alguns grupos sociais, torna-se legalmente desejável a construção de mecanismos que, mesmo adotando critérios diferentes, promovam a proclamada igualdade.

Sabemos que as desigualdades sociais só serão modificadas com um modelo de relações sociais e econômicas que supere as relações assimétricas entre etnias, gêneros, regiões e classes; com o compromisso ético do Estado Brasileiro por uma educação pública de qualidade, multirracial e multicultural; e, fundamentalmente, de um amplo e longo processo de mudança cultural. Mas essa é uma construção a longo prazo e, no momento, não há indícios de transformações significativas nesse sentido.

Entretanto, a curto e médio prazo, parece possível e desejável a construção de mecanismos que tenham como proposta a diminuição das desigualdades de oportunidades e de tratamento entre negros e brancos na sociedade brasileira. A igualdade de oportunidades e de tratamento deve ser o sentido das políticas públicas que realmente pretendam diminuir das desigualdades educacionais entre os diversos grupos raciais no Brasil, especialmente entre negros e brancos. Basta que sociedade e governo tenham vontade política para tal.

Dados de instituições oficiais, de organizações não governamentais e de pesquisas universitárias mostram a desigual apropriação das oportunidades educacionais por parte de negros e brancos e os efeitos da discriminação racial no âmbito da educação formal:

1. analfabetismo é 2,5 vezes maior entre negros do que entre brancos. No acesso ao ensino superior, a situação é ainda mais grave: 12% dos brancos concluíram o 3º Grau, contra só 2,5% dos negros (IBGE, Censo, 1991).
2. A taxa de escolarização da população preta, no âmbito nacional, com 11 anos ou mais de estudos é 3 vezes menor do que a de brancos com o mesmo tempo de estudos. Essa

diferença entre os grupos de cor demonstra como o acesso ao 2º Grau e ao ensino superior é mais difícil para pretos e pardos (IBGE, Anuário Estatístico, 1994).

3. Dos jovens adultos, entre 20 e 24 anos, 37,5% dos pretos e 37,1% dos pardos têm de 1 a 4 anos de escolaridade, enquanto 28,5% dos brancos têm entre 9 e 11 anos; 1,6% dos pretos, 2,8% dos pardos e 13,6% dos brancos têm mais de 12 anos de escolaridade, o que abrange o nível universitário (Nelson do V. Silva e Carlos Hasenbalg, Relações Raciais no Brasil Contemporâneo. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1992).
4. Nas universidades brasileiras o percentual de estudantes negros está em torno de 4%.
5. De acordo com a FASE, a possibilidade de um negro ingressar na universidade é de 18%, enquanto essa possibilidade para os brancos é de 43%.

Além desses índices, deve-se considerar que o surgimento dos Cursos Pré-Vestibulares Populares denuncia o quadro de desigualdade de oportunidades educacionais, principalmente entre as populações negra e branca. A existência desses cursos denuncia, também, a baixa qualidade da escola pública de nível médio, cujos alunos são majoritariamente de baixa renda e negros.

Nossa experiência nos cursos pré-vestibulares nos fez perceber dois graves problemas para o acesso e permanência do estudante na universidade pública. Em primeiro lugar, as taxas de inscrição dos vestibulares, que funcionam como verdadeiras barreiras para o ingresso no ensino superior. Em segundo lugar, a manutenção do estudante de classe popular é muito dificultada por uma realidade econômica desfavorável à sua permanência na universidade. A dinâmica universitária impõe horários que muitas vezes não podem ser cumpridos por motivos de trabalho, livros que não. Política esta que deve articular universidade e mercado, pois não podemos esquecer que o ensino superior ainda é um elemento importante para o mercado e para a melhoria das condições sociais das populações mais pobres; sabemos, ainda, que a maioria das contratações do mercado de trabalho são feitas por indicações e isso coloca negros e negras em desvantagem.

Por isso, consideramos que não basta apenas que os afro-descendentes entrem na universidade através de isenções de taxa e tenham bolsas de estudos. Esses são dois elementos fundamentais e que devem ser utilizados, mas além disso faz-se necessário que as universidades criem programas de acompanhamentos que tenham como objetivo proporcionar igualdade de condições e garantir o sucesso desses estudantes. Isso pode ser feito através de cursos de nivelamento para corrigir as seqüelas do ensino básico, que é propositadamente de péssima qualidade formal e, além disso, monocultural, eurocêntrico, machista e racista, notadamente nas escolas públicas onde os estudantes afro-descendentes são maioria.

É necessário, também, que as universidades ofereçam treinamentos, apresentem os estudantes ao mercado de trabalho e desenvolvam estudos e projetos variados, mostrando às empresas a assimetria entre os diversos grupos sociais e a necessidade de desenvolvimento

de políticas de superação das desigualdades consequentes.

Em suma, as nossas propostas são:

1. As Universidades Públicas devem garantir o acesso de estudantes afro-descendentes aos seus cursos. Antes de tudo, é necessário que a universidade discuta e assuma a opção ética em lutar pela igualdade de oportunidades e de tratamento, condição essencial para a consolidação da democracia. **Nossa proposta é que sejam isentos de taxa de vestibular todos os estudantes oriundos de cursos pré-vestibulares populares e escolas públicas, sem limites de quantidade e dentro de uma faixa de renda a ser definida.** A referência de renda familiar que consideramos mais justa é a oferecida pelo DIEESE, que propõe o valor de R\$ 973,00 (per capita de R\$ 243,25) como renda para que uma família de 4 pessoas possa viver com o mínimo de dignidade. Deve-se aplicar os critérios econômicos também entre os negros, para evitar injustiças e não prejudicar os mais pobres.
2. Além do acesso, as universidades devem se comprometer com a permanência e com o acompanhamento do estudante. Nossa proposta é que a permanência seja garantida por três elementos:
 - **Bolsas de Estudos para todos os estudantes isentos de taxa de vestibular que forem aprovados.** No Rio de Janeiro, por exemplo, um estudante que reside na Baixada Fluminense e estuda na Universidade Federal Fluminense(UFF) gasta aproximadamente R\$ 10,00 por dia com transporte e alimentação, o que dá R\$ 220,00 por mês;
 - **Oferta de cursos de nivelamento para esses estudantes.** O baixo capital de conhecimentos formais dos estudantes de classes populares dificulta muito a permanência na universidade. Por isso, cursos de idiomas, informática, iniciação científica tornam-se muito importantes para esses estudantes no contexto da vida universitária ;
 - **Treinamentos em gestão e apresentação dos estudantes para as empresas.**
3. **Instituição de um Fórum composto por representantes da universidade, movimentos sociais, pesquisadores, professores e estudantes.** Este Fórum teria a função de discutir as relações assimétricas entre os diversos grupos sociais e propor ações, atuando como órgão consultivo para a universidade.
4. **Apoio operacional e pedagógicos aos cursos pré-vestibulares populares.**

ⁱ Alexandre do Nascimento é Mestre em Educação. É um dos fundadores do Pró-Vestibular para Negros e